



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 4 N. 3

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 4, N. 3, outubro 2022

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 4	n. 3	p. 1-23	out. 2022
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

R. Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre - RS - 90010-281

Fone: (51) 3216-9000

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Normalização Bibliográfica: João Vítor Ditter Wallauer

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2022	5
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	7
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	9
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	11
1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	12
2 EMPREGO FORMAL: A DESACELERAÇÃO DA EXPANSÃO E SUAS MANIFESTAÇÕES TERRITORIAIS, SETORIAIS E SOCIODEMOGRÁFICAS	13
2.1 OS RESULTADOS DO RIO GRANDE DO SUL FRENTE AOS DAS DEMAIS UFs ..	14
2.2 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO GAÚCHO SEGUNDO SETORES E ATIVIDADES ECONÔMICAS	15
2.3 A EXPANSÃO DO EMPREGO SEGUNDO ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES ..	19
2.4 A HETEROGENEIDADE DOS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS	20
2.5 OS SALÁRIOS MÉDIOS DOS TRABALHADORES ADMITIDOS	22
REFERÊNCIAS	23

SUMÁRIO EXECUTIVO

A **seção 1** deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul** analisa o desempenho dos principais indicadores do mercado de trabalho do Estado no 2.º trim./2022, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do País. Para isso, utilizaram-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme é mostrado nessa seção, a taxa de participação na força de trabalho no RS ficou estável na comparação do 2.º trim./2022 com o primeiro trimestre do mesmo ano. No cotejo interanual, esse indicador evidenciou elevação tanto no RS quanto nas suas referências comparativas, os Estados de SC, PR e SP, assim como no País. Comportamento semelhante foi verificado pelo nível de ocupação, no 2.º trim./2022. No caso desse indicador, o seu nível ultrapassou, no RS e em suas referências comparativas, o do 2.º trim./2019, recuperando-se da queda ocorrida no pior momento da pandemia de Covid-19 para o mercado de trabalho, no segundo e no terceiro trimestre de 2020.

A taxa de informalidade ficou estável no RS, na comparação entre o segundo e o primeiro trimestre de 2022. Em termos interanuais, o indicador elevou-se no RS e manteve-se estável nos demais estados da Região Sul, em SP e no âmbito nacional. Embora não seja uma situação singular, o comportamento interanual da taxa de informalidade no RS respalda a compreensão de que as inserções mais precárias têm liderado o processo de recuperação da ocupação.

De acordo com o que é exposto na seção 1, a taxa de desocupação evidenciou queda no RS, assim como em SC, PR, SP e no País, seja na comparação entre o segundo e o primeiro trimestre de 2022, seja na comparação interanual. Esse indicador passou a se situar, no RS e em suas referências comparativas, no 2.º trim./2022, abaixo do nível do 2.º trim./2019. Comportamento semelhante foi verificado pela taxa composta de subutilização da força de trabalho no RS e em suas referências comparativas, no 2.º trim./2022.

Quanto aos rendimentos do trabalho, o rendimento médio real habitual dos ocupados, no 2.º trim./2022, frente ao trimestre anterior, manteve-se estável no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País. Na comparação interanual, ficou estável no RS e no PR — ambas as oscilações não têm significância estatística —, enquanto, em SC, em SP e no País, evidenciou queda.

Como ainda é mostrado na seção 1, a massa de rendimento real habitual dos ocupados, na comparação entre o segundo e o primeiro trimestre de 2022, ficou estável no RS, em SC e no PR, enquanto registrou variação positiva em SP e para o agregado nacional. No cotejo interanual, permaneceu estável no RS, nos demais estados da Região Sul e em SP, e, no País, evidenciou variação positiva.

Na **seção 2**, verifica-se que, entre agosto de 2021 e o mesmo mês deste ano, o emprego formal no RS cresceu 4,9%, tendo sido gerados 124,1 mil vínculos adicionais. Consideradas as 27 unidades da Federação (UFs), esse foi o resultado menos expressivo; a variação para o Brasil em seu conjunto atingiu 6,1%, expressão de um saldo de 2,5 milhões de postos.

De modo generalizado, nas diferentes desagregações desses resultados, nacionais e estaduais, a expansão foi menos expressiva do que nos 12 meses precedentes, que traziam em seu bojo movimentos de reposição, no segundo semestre de 2020, de um grande número de vínculos que haviam sido encerrados, em muitos casos defensivamente, no segundo trimestre daquele ano, diante da excepcionalidade que representou a eclosão da pandemia de Covid-19.

No Estado, nesses 12 meses mais recentes, a construção mostrou destacado dinamismo, com a maior variação percentual (7,1%), seguindo-se, por esse critério, serviços (5,4%). Este último setor, detentor do maior estoque setorial de empregos, por sua vez, respondeu pela maior parcela do volume de postos adicionais (45,5%); a indústria ficou na segunda posição, com 28,0%. Desagregando-se as atividades econômicas em seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), o crescimento relativo mostrou-se mais elevado em segmentos terciários, merecendo destaque que as duas mais expressivas variações ocorreram em seções que haviam sido especialmente penalizadas no momento mais agudo da pandemia — alojamento e alimentação e artes, cultura, esporte e recreação.

Quanto ao perfil dos trabalhadores adicionais incorporados ao mercado formal gaúcho no período, as mulheres conquistaram a maior parcela do saldo (53,6%); os trabalhadores com até 24 anos de idade concentraram 80,6% dos novos vínculos, ao passo que houve retração absoluta no segmento com 50 anos ou mais; e os trabalhadores com ensino médio (completo ou incompleto) responderam por 79,1% das contratações adicionais, bem mais do que o seu peso na distribuição do total de vínculos ativos, em detrimento, principalmente, dos indivíduos com ensino superior (concluído ou não).

A heterogeneidade dos desempenhos nas nove Regiões Funcionais (RFs) do Estado expressou-se em uma amplitude de variações do emprego, que partiu de um mínimo de 3,6% na RF5 (Sul) e de um máximo de 8,9% na RF4 (Litoral Norte).

Já o salário médio de quem ingressou em vínculos formais de trabalho, no RS, foi de R\$ 1.833,06 em agosto último, 0,9% superior, em termos reais, ao praticado no mesmo mês do ano anterior, porém ainda 6,7% inferior ao de agosto de 2020. À exceção dos primeiros meses da pandemia, a distância entre os salários de admissão no Estado e no conjunto do País mantém-se bastante estável. Em agosto último, o mercado gaúcho pagou 7,5% menos aos trabalhadores ingressantes.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2022

Nesta seção, analisa-se o desempenho dos principais indicadores do mercado de trabalho do Estado no 2.º trim./2022. Para tanto, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em termos retrospectivos, após ter sido intensamente atingido no segundo e no terceiro trimestre de 2020 pelos efeitos da recessão econômica causada pela pandemia de Covid-19 e por uma severa estiagem, o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul vem dando sinais, desde o quarto trimestre desse ano, de uma gradual recuperação.

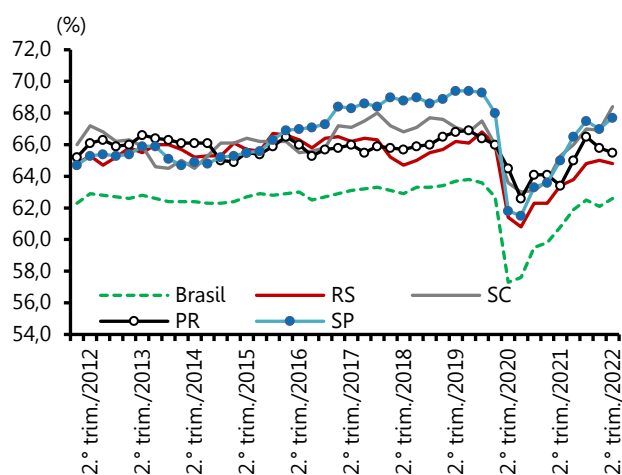
Quanto ao contexto macroeconômico do período em que se está analisando o mercado de trabalho, o Produto Interno Bruto (PIB) do País registrou, no 2.º trim./2022, em relação a igual trimestre de 2021, uma taxa de variação de 3,2% (INDICADORES IBGE, 2022). Essa *performance* do PIB brasileiro foi superior à do 1.º trim./2022, frente ao mesmo trimestre do ano anterior, cuja taxa de variação havia sido de 1,7%. No âmbito do Rio Grande do Sul, o PIB, após ter sofrido queda no 1.º trim./2022, contra igual trimestre de 2021 (-4,8) — devido, em grande parte, aos efeitos negativos de uma intensa estiagem sobre a agropecuária estadual —, no 2.º trim./2022, em relação ao 2.º trim./2021, voltou a ter desempenho negativo (-11,5%), também provocado pela retração na atividade agropecuária (RIO GRANDE DO SUL, 2022). Destaca-se, ainda, no contexto econômico sob análise, a elevada inflação, pois o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no País, teve uma variação acumulada 11,89% nos 12 meses encerrados em junho de 2022.

Nesta seção, o desempenho do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, no 2.º trim./2022, é analisado em perspectiva comparada com o dos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do País. São também apresentadas evidências sobre a evolução da posição relativa de indicadores selecionados do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, no 2.º trim./2022, frente à totalidade das unidades da Federação (UFs).

1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

Como foi mostrado em edições anteriores deste boletim, após ter apresentado uma retração muito intensa no momento mais adverso da pandemia de Covid-19 para o mercado de trabalho, no segundo e no terceiro trimestre de 2020, vem identificando-se, desde o 4.º trim./2020, um processo de retorno das pessoas à força de trabalho (FT) (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021a, 2021b). No 2.º trim./2022, frente ao trimestre anterior, a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)¹ ficou estável no RS, em 64,8% (**Gráfico 1**). Nessa mesma referência comparativa, o indicador também se manteve estável no PR (65,5%) e, de forma distinta, elevou-se em SC (de 66,9% para 68,4%), em SP (de 67,0% para 67,7%) e no âmbito do País (de 62,1% para 62,7%). Ao se cotejar o 2.º trim./2022 com o 2.º trim./2021, verifica-se incremento generalizado da TPFT: 1,4 ponto percentual no RS, 3,1 pontos percentuais em SC, 2,7 pontos percentuais em SP, 2,1 pontos percentuais no PR e 1,8 ponto percentual no agregado nacional. Ampliando-se o horizonte temporal até o 2.º trim./2019 — um período, portanto, no qual estavam ausentes os efeitos da crise sanitária sobre o mercado de trabalho —, constata-se que, entre o RS e suas referências comparativas, somente em SC o nível da TPFT havia se recuperado plenamente.

Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2022

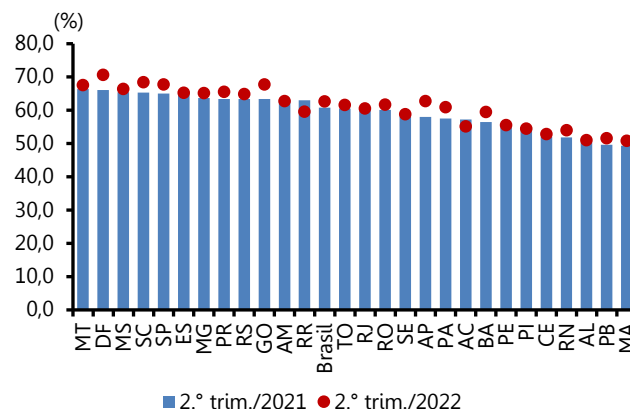


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

¹ A taxa de participação na força de trabalho é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016).

Quanto à posição relativa do RS frente à totalidade das unidades da Federação, o Estado deteve a 10.ª maior TPFT no 2.º trim./2022, o que revela a perda de uma posição no ranking desse indicador em comparação ao 2.º trim./2021 (**Gráfico 2**).

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil e nas unidades da Federação — 2.º trim./2021 e 2.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

A FT ficou estável no RS, na comparação do 2.º trim./2022 com o 2.º trim./2021, situando-se em 6.181 mil pessoas (**Tabela 1**). Nessa mesma referência comparativa, a FT também registrou estabilidade no PR e variação positiva em SC (2,9%), em SP (1,2%) e no País (1,0%). No que diz respeito às comparações interanuais, a FT verificou incremento no RS (2,6%, mais 158 mil pessoas), em SC (5,3%), no PR e em SP (ambos 4,7%) e no País (4,0%). Assinale-se que, diferentemente dos outros dois estados da Região Sul, de SP e do agregado nacional, no RS o contingente de pessoas na FT ainda se encontrava, no 2.º trim./2022, em nível inferior ao do 2.º trim./2019.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)					VARIACÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	1.º Trim./2022	2.º Trim./2022	2.º Trim./2022 1.º Trim./2022	2.º Trim./2022 2.º Trim./2021
Brasil	107.170	97.279	104.216	107.224	108.349	(1) 1,0	(1)4,0
RS	6.229	5.806	6.023	6.204	6.181	-0,4	(1)2,6
SC	3.916	3.813	3.896	3.990	4.104	(1) 2,9	(1)5,3
PR	6.137	5.999	5.887	6.188	6.164	-0,4	(1)4,7
SP	26.064	23.318	25.033	25.892	26.202	(1) 1,2	(1)4,7

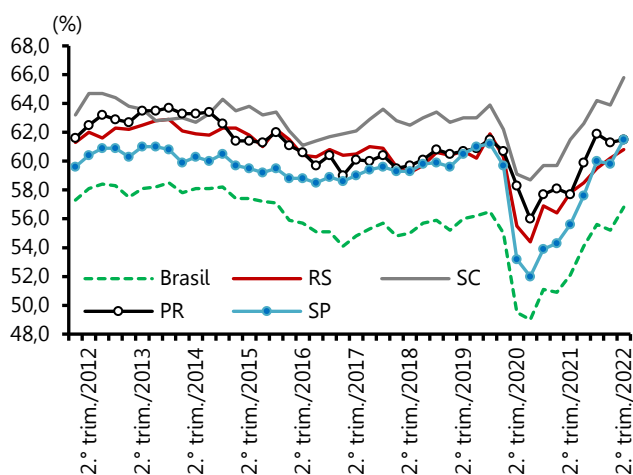
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

O nível de ocupação (NO)² evidenciou uma queda abrupta no pior momento dos impactos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, no segundo e no terceiro trimestre de 2020. Desde o 4.º trim./2020, o NO vem dando sinais de um processo de recuperação. No 2.º trim./2022, frente ao trimestre anterior, esse indicador ficou estável no RS (60,8%) e no PR (61,5%) e aumentou em SC (de 63,9% para 65,8%), em SP (de 59,8% para 61,5%) e no País (de 55,2% para 56,8%) — **Gráfico 3**. No cotejo interanual do NO, constata-se a sua elevação no RS (3,0 pontos percentuais) e, de forma ainda mais intensa, em SP (5,9 pontos percentuais), em SC (4,3 pontos percentuais), no PR (3,8 pontos percentuais) e no âmbito nacional (4,7 pontos percentuais). Destaque-se que, tanto para o RS quanto para as suas referências comparativas selecionadas, o NO havia se recuperado plenamente da retração sofrida durante o momento mais adverso da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, uma vez que estava, no 2.º trim./2022, em nível igual ou superior ao do 2.º trim./2019.

Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2022

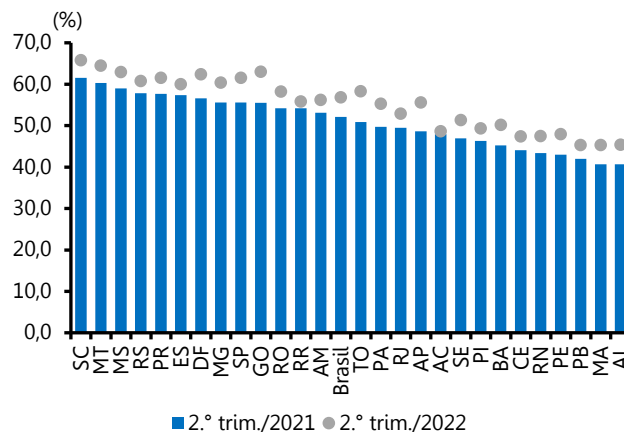


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

No que se refere à posição relativa do RS no quadro geral das UFs, em termos do patamar do NO, o Estado possuía o quarto maior nível desse indicador no 2.º trim./2021 e, no mesmo trimestre de 2022, evi-

denciou uma piora relativa, pois havia passado a deter o oitavo maior NO (**Gráfico 4**).

Gráfico 4 - Nível de ocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 2.º trim./2021 e 2.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

O contingente de ocupados no RS ficou estável no 2.º trim./2022, em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano (5.795 mil pessoas), assim como o do PR, enquanto registrou crescimento em SC (3,6%), em SP (3,0%) e no País (3,1%) — **Tabela 2**. Já na comparação interanual, constata-se crescimento do contingente de ocupados no RS (5,5%, mais 305 mil ocupados) e, de forma ainda mais expressiva, em SP (11,2%), no PR (8,1%), em SC (7,5%) e no País (9,9%). Pode-se identificar, por meio das evidências expostas na **Tabela 2**, que, tanto no RS quanto nas suas referências comparativas, o contingente de ocupados se encontrava, no 2.º trim./2022, em nível superior ao do 2.º trim./2019, recuperando-se plenamente das perdas registradas durante o momento mais adverso da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho.

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	1.º Trim./2022	2.º Trim./2022	2.º Trim./2022 1.º Trim./2022	2.º Trim./2022 2.º Trim./2021
Brasil	94.159	84.051	89.384	95.275	98.269	(1) 3,1	(1) 9,9
RS	5.714	5.244	5.490	5.740	5.795	0,9	(1) 5,5
SC	3.677	3.538	3.669	3.808	3.944	(1) 3,6	(1) 7,5
PR	5.576	5.422	5.355	5.765	5.790	0,4	(1) 8,1
SP	22.696	20.071	21.397	23.097	23.798	(1) 3,0	(1) 11,2

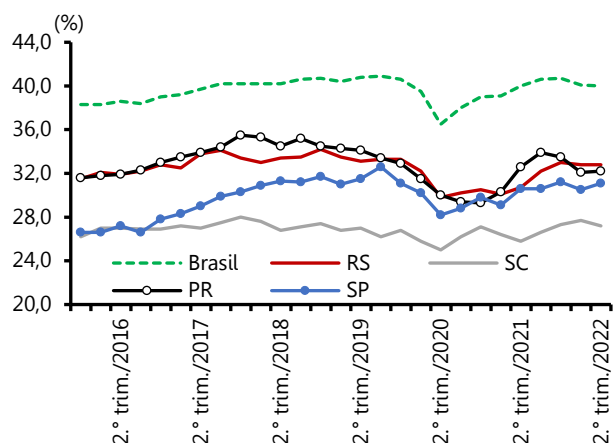
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

² O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

Sabe-se que os ocupados informais foram mais negativamente atingidos durante o momento em que ocorriam os piores impactos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, no segundo e no terceiro trimestre de 2020 (MAURIZIO, 2021). Isso esteve associado com as restrições à mobilidade da população, naquele período, bem como à dificuldade desse segmento ocupacional exercer as suas atividades de forma remota. Já o processo de recuperação da ocupação desde o 4.º trim./2020 vem sendo liderado pelo trabalho informal, o que é apreendido pelo aumento da taxa de informalidade (TI)³. No 2.º trim./2022, em relação ao trimestre anterior, a TI ficou estável no RS (32,8%), em SC (27,2%), no PR (32,2%), em SP (31,1%) e no âmbito nacional (40,0%) — **Gráfico 5**. No cotejo interanual, a TI elevou-se no RS (2,1 pontos percentuais), mas ficou estável nos demais estados da Região Sul, em SP e no País — as suas oscilações não têm significância estatística.

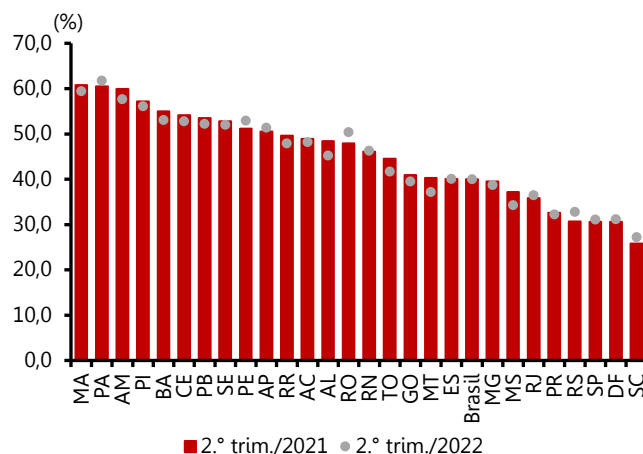
Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-2.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).
Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

No quadro geral das UFs, o RS detinha a quarta menor TI no 2.º trim./2021, passando a ocupar a quinta posição no 2.º trim./2022, uma vez que o nível do indicador se tornou superior ao daquele verificado no PR (**Gráfico 6**).

Gráfico 6 - Taxa de informalidade no Brasil e nas unidades da Federação — 2.º trim./2021 e 2.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

O contingente de ocupados informais no RS, em SC e no PR, na comparação entre o segundo e o primeiro trimestre de 2022, ficou estável e evidenciou variação positiva em SP (4,9%) e no País (2,8%) — **Tabela 3**. Passando-se à referência comparativa interanual, o contingente de ocupados informais elevou-se de maneira expressiva no RS (12,8%, mais 216 mil ocupados), em SP (13,1%), em SC (13,0%) e, com menor intensidade, no PR (6,9%); no âmbito nacional, sua variação positiva foi também acentuada (9,9%). No 2.º trim./2022, o número absoluto de ocupados informais encontrava-se, no RS, em SC, em SP e no País, acima daquele verificado no 2.º trim./2019.

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)					VARIACÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	1.º Trim./2022	2.º Trim./2022	2.º Trim./2022 1.º Trim./2022	2.º Trim./2022 2.º Trim./2021
Brasil	38.412	30.700	35.762	38.203	39.286	(1)2,8	(1) 9,9
RS	1.890	1.565	1.684	1.885	1.900	0,8	(1)12,8
SC	992	885	948	1.053	1.071	1,7	(1)13,0
PR	1.902	1.627	1.746	1.850	1.866	0,8	(1) 6,9
SP	7.144	5.662	6.539	7.054	7.399	(1)4,9	(1)13,1

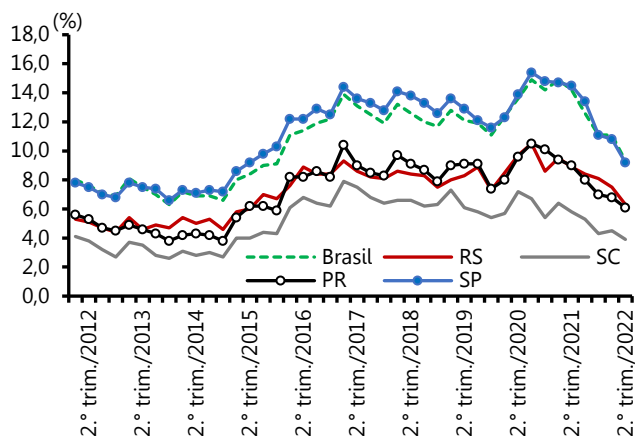
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).
Nota: São considerados ocupados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares.
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

³ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Após ter tido um aumento relevante no segundo e no terceiro trimestre de 2020, a taxa de desocupação (TD) vem, desde o 4.º trim./2020, registrando uma trajetória de redução. No 2.º trim./2022, em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano, a TD teve retração no RS (de 7,5% para 6,3%), em SC (de 4,5% para 3,9%), no PR (de 6,8% para 6,1%), em SP (de 10,8% para 9,2%) e no agregado nacional (de 11,1% para 9,3%) — **Gráfico 7**. No que diz respeito ao cotejo interanual, também se constata uma queda generalizada da TD: -2,6 pontos percentuais no RS, -2,9 pontos percentuais no PR, -1,9 ponto percentual em SC e, com maior intensidade, -5,3 pontos percentuais em SP e -4,9 pontos percentuais no País. Essa queda da TD é explicada exclusivamente pela elevação do NO, uma vez que também houve aumento da TPFT no período. Com base nesses comportamentos, a TD passou a se situar em níveis inferiores, no 2.º trim./2022, em relação ao 2.º trim./2019, tanto no RS quanto em suas referências comparativas.

Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

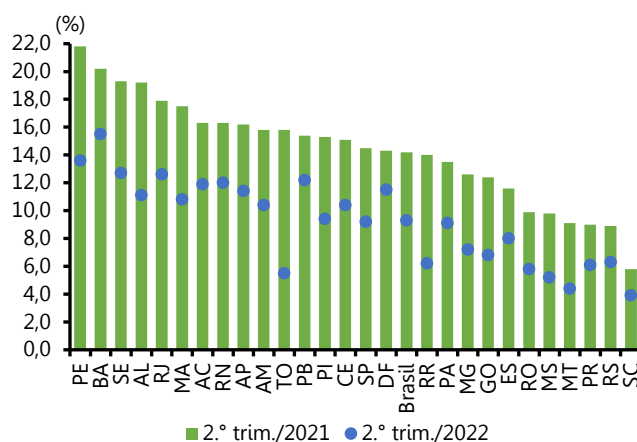
Frente à totalidade das UFs, a evolução da TD no RS mostra, na comparação do 2.º trim./2021 com o 2.º trim./2022, uma piora relativa, uma vez que o Estado passou do segundo para o oitavo menor nível do indicador (**Gráfico 8**).

Outro indicador que se havia deteriorado muito até o 2.º trim./2021 é o da incidência da desocupação de longo prazo (IDLP)⁴, no sentido da sua ampliação.

⁴ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, IDLP corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de

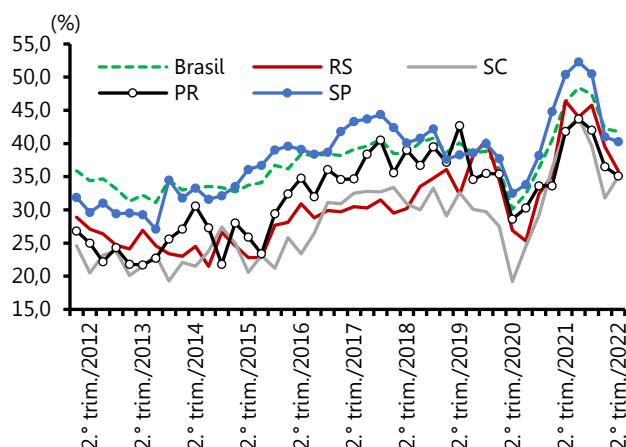
Após, a trajetória da IDLP foi de queda: ao se comparar o 2.º trim./2022 com o mesmo trimestre de 2021, constata-se que o indicador diminuiu no RS (de 46,4% para 35,9%), em SP (de 50,4% para 40,3%), em SC (de 42,0% para 35,0%), no PR (41,8% para 35,1%) e no País (de 46,3% para 41,8%) — **Gráfico 9**. Não obstante a melhora no patamar da IDLP no período há pouco delimitado, cabe ter presente que ainda se trata de uma situação de muita adversidade para os desocupados, pois a cobertura do seguro-desemprego no País é de, no máximo, cinco meses.

Gráfico 8 - Taxa de desocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 2.º trim./2021 e 2.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022c).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

Quanto ao contingente de desocupados, na comparação entre o 2.º trim./2022 e o trimestre anterior, este evidencia intensa retração no RS (-16,6%), em SP (-14,0%), SC (-11,9%), PR (11,7%) e no País (-15,6%) — **Tabela 4**. Na referência comparativa interanual, a retração do contingente de desocupados também foi expressiva no RS (-27,5%, ou -146 mil desocupados), em SP (-33,9%), em SC (-29,8%), no PR (-29,7%) e no País (-32,0%). Seja no RS, seja nas suas referências comparativas, quando se coteja o 2.º trim./2022 com o 2.º trim./2019, percebe-se que o contingente de desocupados tinha atingido um nível inferior.

Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

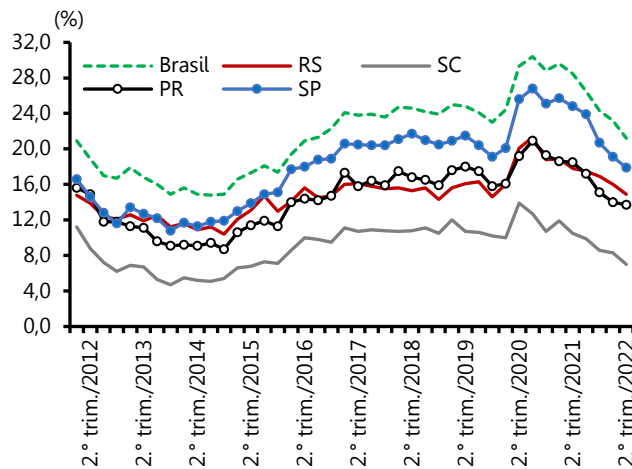
DISCRIMINAÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)					VARIACÃO %	
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	1.º Trim./2022	2.º Trim./2022	2.º Trim./2022 1.º Trim./2022	2.º Trim./2022 2.º Trim./2021
Brasil	13.011	13.228	14.832	11.949	10.080	(1)-15,6 (1)-32,0	
RS	515	562	533	463	387	(1)-16,6 (1)-27,5	
SC	239	275	228	181	160	(1)-11,9 (1)-29,8	
PR	560	577	532	424	374	(1)-11,7 (1)-29,7	
SP	3.368	3.247	3.636	2.795	2.404	(1)-14,0 (1)-33,9	

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022b).
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

No que se refere à taxa composta de subutilização da força de trabalho (TCSFT)⁵, esta manteve a trajetória de redução iniciada no 4.º trim./2020. Ao se comparar o segundo com o primeiro trimestre de 2022, o indicador diminuiu, no RS, de 16,0% para 14,9%; em SC, de 8,3% para 7,0%; em SP, de 19,1% para 17,9%; no País, de 23,2% para 21,2%; e, no PR, ficou estável, em 13,7% (a sua oscilação não tem significância estatística) — **Gráfico 10**. Quanto às comparações interanuais, ocorreu redução generalizada da TCSFT: -2,9 pontos percentuais no RS, -6,9 pontos percentuais em SP, -4,8 pontos percentuais no PR, -3,5 pontos percentuais em SC e -7,3 no agregado nacional. Assinale-se que o indicador havia atingido, quando comparado com o do 2.º trim./2019, níveis inferiores no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País.

⁵ A taxa composta de subutilização da força de trabalho (TCSFT) é assim obtida (ILO, 2013):
TCSFT = [(Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas + Desocupados + FT potencial)/FT ampliada] x 100.
A FT ampliada corresponde à soma da FT com a FT potencial.

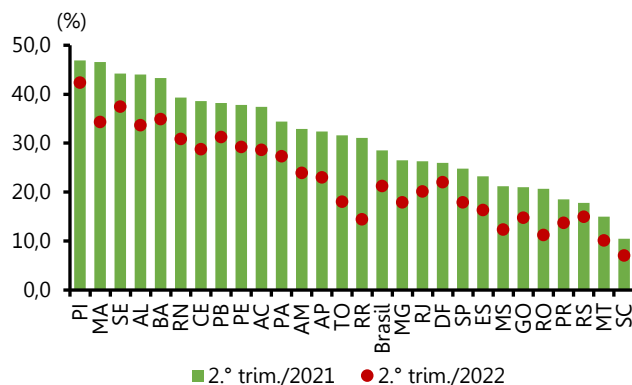
Gráfico 10 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Ao se cotejar a evolução da posição do RS atente à TCSFT com todas as UFs, constata-se uma piora relativa do Estado. Nesse sentido, o RS, que detinha a terceira menor TCSFT no 2.º trim./2021, havia passado a ter a oitava menor, no 2.º trim./2022 (**Gráfico 11**).

Gráfico 11 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho (SFT) no Brasil e nas unidades da Federação — 2.º trim./2021 e 2.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

O contingente de pessoas que é medido pela TCSFT evidenciou, no RS, redução, na comparação do primeiro com o segundo trimestre de 2022, tendo passado de 1.036 mil para 959 mil pessoas, uma variação negativa de 7,4% (**Tabela 5**). Constatam-se variações negativas desse contingente em SC (-13,4%) e no âmbito nacional (-7,7%), enquanto, no PR e em SP, ele permaneceu estável — as suas oscilações não tiveram significância estatística. No que diz respeito às comparações interanuais, o contingente de pessoas que é medido pela TCSFT mostrou redução generalizada: -14,6% no RS (ou menos 164 mil pessoas) e, com in-

tensidade ainda maior, -30,2% em SC, -25,1% em SP, -23,9% no PR e -24,1% no País. No RS e em suas referências comparativas, o contingente de pessoas que corresponde à TCSFT se encontrava, no 2.º trim./2022, em nível inferior ao do mesmo trimestre de 2019.

Tabela 5 - Soma dos contingentes de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, de desocupados e da força de trabalho potencial no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)					VARIACÃO %		
	2.º Trim./2019	2.º Trim./2020	2.º Trim./2021	1.º Trim./2022	2.º Trim./2022	2.º Trim./2022 1.º Trim./2022	2.º Trim./2022 2.º Trim./2021	
Brasil	28.665	32.539	32.601	26.812	24.736	(1) -7,7	(1)-24,1	
RS	1.036	1.249	1.123	1.036	959	(1) -7,4	(1)-14,6	
SC	431	557	419	338	292	(1)-13,4	(1)-30,2	
PR	1.152	1.223	1.151	903	876	-3,0	(1)-23,9	
SP	5.861	6.590	6.556	5.147	4.912	-4,6	(1)-25,1	

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

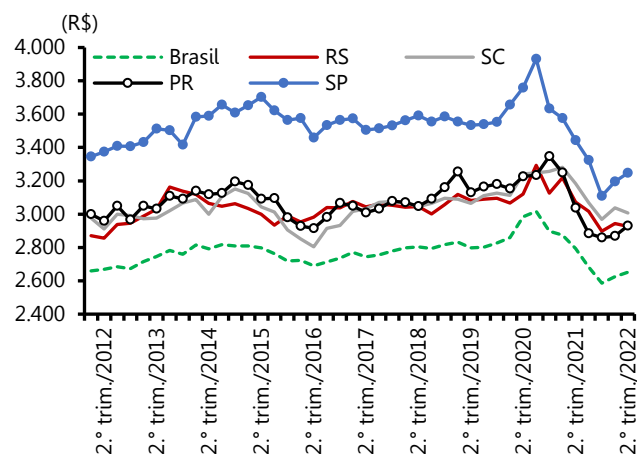
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

De acordo com o que foi mostrado na edição anterior deste boletim, o rendimento médio real habitual dos ocupados registrou um intenso processo de redução do segundo ao quarto trimestre de 2021 (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022a). Um dos fatores que contribuíram para isso foram os elevados níveis de inflação verificados no País: o IPCA acumulado nos 12 meses encerrados em junho, setembro e dezembro de 2021 foi de 8,35%, 10,25% e 10,06% respectivamente. No período mais recente, a variação acumulada desse índice de inflação, nos 12 meses encerrados em junho de 2022, foi de 11,89%.

O rendimento médio real habitual dos ocupados evidenciou estabilidade no RS e em suas referências comparativas, ao se cotejar o 2.º trim./2022 com o trimestre anterior, uma vez que as suas oscilações não têm significância estatística (**Gráfico 12**). Na comparação interanual, o rendimento médio real habitual dos ocupados também se manteve estável no RS e no PR, mas evidenciou quedas em SP (-5,7%), em SC (-5,5%) e no País (-5,1%). No caso do RS, o nível do rendimento médio real habitual dos ocupados, no 2.º trim./2022, foi o quarto menor da série temporal da PNAD Contínua, iniciada no 1.º trim./2012. Situações relativas ainda mais adversas são as de SP e do

País, cujos níveis do rendimento médio real habitual, no 2.º trim./2022, foram o terceiro menor das suas respectivas séries temporais.

Gráfico 12 - Rendimento médio real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos.

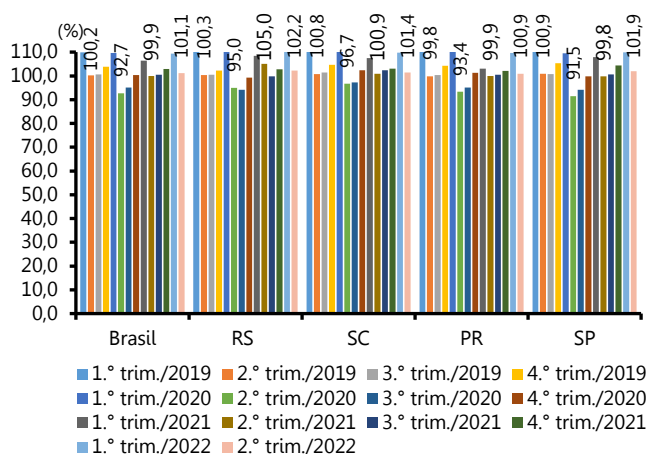
2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2022.

Utilizando-se outro indicador para avaliar o comportamento dos rendimentos dos ocupados — o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual —, constata-se, na comparação do 2.º trim./2022 com o mesmo trimestre do ano anterior, que este sofreu retração no RS (-2,8 pontos percentuais) e, de forma distinta, teve oscilações positivas em SP (2,1 pontos percentuais), no PR (1,0 ponto percentual), em SC (0,5 ponto percentual) e no País (1,2 ponto percentual) — **Gráfico 13**. Cabe registrar que esse indicador, após ter sofrido uma queda intensa no momento em que ocorriam os efeitos mais adversos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, no 2.º trim./2020, situou-se, no 2.º trim./2022, acima do nível verificado no mesmo trimestre de 2019, tanto no RS quanto nos demais estados da Região Sul, em SP e no País. Esta última constatação, todavia, deve ser qualificada, uma vez que o rendimento médio habitual dos ocupados, no RS e em suas referências comparativas, encontrava-se em um dos menores patamares da sua série temporal, no 2.º trim./2022 — ver evidências expostas no **Gráfico 12**.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados, na comparação do segundo com o primeiro trimestre de 2022, ficou estável no RS, em SC e no PR — as suas oscilações não têm significância estatística —, enquanto registrou variação positiva em SP (4,7%) e no País (4,4%) — **Tabela 6**. O desempenho positivo

do indicador, em SP e no País, foi determinado exclusivamente pelo aumento do NO, uma vez que o rendimento médio real habitual se manteve estável. Na comparação interanual, a massa de rendimento real habitual dos ocupados ficou estável no RS, nos demais estados da Região Sul e em SP — as suas oscilações não têm significância estatística. Já no agregado nacional, teve variação positiva de 4,8%, a qual foi ocasionada, exclusivamente, pela recuperação do NO. De acordo com as evidências expostas na **Tabela 6**, pode-se ainda destacar que, somente em SC, o nível da massa de rendimento real habitual dos ocupados, no 2.º trim./2022, havia se recuperado plenamente da retração sofrida durante o pior momento da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, pois superava aquele do 2.º trim./2019.

Gráfico 13 - Rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2019-2.º trim./2022



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Nota: Rendimento médio real de todos os trabalhos dos ocupados.

Tabela 6 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ milhões)					VARIACÃO %	
	2.º Trím./2019	2.º Trím./2020	2.º Trím./2021	1.º Trím./2022	2.º Trím./2022	2.º Trím./2022 1.º Trím./2022	2.º Trím./2022 2.º Trím./2021
Brasil	257.087	245.215	244.044	244.875	255.707	(1),4	(1),8
RS	17.025	15.848	16.354	16.355	16.437	0,5	0,5
SC	11.032	11.232	11.423	11.404	11.693	2,5	2,4
PR	17.081	17.127	15.923	16.208	16.670	2,9	4,7
SP	79.350	74.716	72.983	73.257	76.724	(1),4	5,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Nota: 1. Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 2.º trim./2022.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Como foi mostrado nesta seção, ocorreu continuidade, no 2.º trim./2022, do processo de recuperação e melhora de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS e de suas referências comparativas, SC, PR, SP e o País, com a importante exceção dos rendimentos dos ocupados.

Na comparação entre o 2.º trim./2022 e o primeiro trimestre do mesmo ano, a TPFT ficou estável no RS e no PR, enquanto, em SC, em SP e no País, registrou variação positiva. No cotejo interanual, esse indicador evidenciou elevação no RS e em todas as suas referências comparativas. Somente SC havia passado a ter, no 2.º trim./2022, uma TPFT cujo nível era superior ao do 2.º trim./2019 — ou seja, ao de um período anterior ao dos efeitos mais adversos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, verificados no 2.º trim./2020.

Comportamento semelhante foi apresentado pelo NO, tanto para o RS quanto para as suas referências comparativas, no 2.º trim./2022. Todavia, no caso desse indicador, o patamar havia passado a se situar, no 2.º trim./2022, acima do existente no 2.º trim./2019, recuperando-se, plenamente, da retração sofrida no segundo e no terceiro trimestre de 2020.

A TI ficou estável no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País, no 2.º trim./2022, frente ao trimestre anterior. Na comparação interanual, elevou-se somente no RS. Embora não seja um fenômeno isolado, no caso gaúcho — ver evidências contidas no **Gráfico 6** —, esse desempenho ratifica que a recuperação da ocupação vem sendo liderada pela ampliação de inserções mais precárias no mercado de trabalho.

Quanto à subutilização da força de trabalho, ocorreu continuidade da queda da TD no RS e nas suas referências comparativas, no 2.º trim./2022, seja em relação ao trimestre anterior, seja no cotejo interanual. Esse indicador atingiu, no 2.º trim./2022, no RS e nas suas referências comparativas, níveis inferiores aos do 2.º trim./2019, afastando-se do seu processo de deterioração, verificado em 2020. Situação semelhante foi identificada em relação à TCSFT, tanto no RS quanto nas suas referências comparativas, no 2.º trim./2022 — a exceção, aqui, foi a da estabilidade do indicador no PR, no cotejo com o primeiro trimestre do mesmo ano.

No que diz respeito ao rendimento médio real habitual dos ocupados, conforme foi mostrado, o indicador ficou estável no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País, no 2.º trim./2022, frente ao trimestre anterior, uma vez que as suas oscilações não têm significância estatística. Isso interrompeu, pelo segundo trimestre consecutivo, na margem, nos casos dos três estados da Região Sul, o seu processo de queda. Na comparação interanual, o rendimento médio real habitual dos ocupados manteve-se estável no RS e no PR, enquanto, em SC, SP e no País, evidenciou redução.

Ainda no âmbito dos rendimentos do trabalho, a massa de rendimento real habitual dos ocupados, no 2.º trim./2022, em relação ao trimestre anterior, permaneceu estável no RS, em SC e no PR, enquanto, em SP e no País, registrou variação positiva. Na comparação interanual, manteve-se estável nos três estados da Região Sul e em SP; no País, teve variação positiva, a qual foi causada pelo aumento do contingente de ocupados, uma vez que, nessa referência comparativa, o rendimento médio real habitual dos ocupados sofreu redução. Entre o RS e suas referências comparativas, somente SC evidenciava, no 2.º trim./2022, uma massa de rendimento real habitual dos ocupados cujo nível era superior ao do 2.º trim./2019.

2 EMPREGO FORMAL: A DESACELERAÇÃO DA EXPANSÃO E SUAS MANIFESTAÇÕES TERRITORIAIS, SETORIAIS E SOCIODEMOGRÁFICAS

Nesta seção, analisam-se os dados do emprego formal, com base nos registros administrativos do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Previdência. Para não incorrer em distorções associadas à sazonalidade, privilegiam-se as variações consolidadas para o intervalo de 12 meses que se encerra com a última informação disponível (referente a agosto último). Recorre-se, também, ao cotejo com o período imediatamente anterior (agosto de 2020 a agosto de 2021), tendo-se presente que ele carrega a especificidade de abarcar o primeiro impulso de recuperação do nível de emprego após o excepcional impacto negativo provocado pela eclosão da pandemia de Covid-19, no 2.º trim./2020 (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Concentra-se a atenção no desempenho do Rio Grande do Sul, após uma breve consideração sobre sua posição relativa — que permanece negativamente diferenciada — no conjunto das 27 UFs. Esse quadro comparativo da evolução dos estoques de emprego nos estados, nos últimos 24 meses disponíveis, é apresentado no primeiro item desta seção.

A seguir, delimitando-se a análise ao mercado gaúcho, contrastam-se os resultados dos diferentes setores de atividade e de suas desagregações em seções e divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0). Na sequência, investiga-se, a partir de atributos pessoais (sexo, idade e escolaridade), o perfil dos indivíduos cujo engajamento em vínculos formais de trabalho expandiu-se ou retraiu-se, relativamente.

A evolução do emprego nas nove Regiões Funcionais (RFs) em que se subdivide o Estado para fins de planejamento é então comparada em um terceiro item, finalizando-se a seção com uma breve análise a respeito dos salários de admissão dos trabalhadores formais gaúchos e brasileiros.

2.1 OS RESULTADOS DO RIO GRANDE DO SUL FRENTE AOS DAS DEMAIS UFs

Entre agosto de 2021 e o mesmo mês do corrente ano⁶, o número de vínculos formais de trabalho no Brasil elevou-se em 6,1%, com a expansão de 2,46 milhões no número de contratos ativos. Essa variação é significativamente menos expressiva do que a verificada nos 12 meses imediatamente anteriores, de 8,3% (**Tabela 7**). Há que se ter presente que o auge do impacto da emergência sanitária no mercado de trabalho brasileiro ocorreu entre abril e junho de 2020, de modo que a expansão que se verificou entre agosto daquele ano e o mesmo mês do ano passado teve, em parte, o caráter de reposição gradativa de postos de trabalho fechados em decorrência da chegada, no País, da pandemia de Covid-19.

No mais recente resultado anualizado, o Rio Grande do Sul obteve a mais baixa expansão relativa do emprego entre as 27 UFs: a variação de 4,9% correspondeu à elevação em 124,1 mil do estoque de vínculos formais. O segundo desempenho menos expressivo foi o de Santa Catarina (5,1%), seguindo-se, dos menores para os maiores, o Paraná (5,3%) e, com idêntico percentual, São Paulo e Minas Gerais (5,5%). As ampliações percentualmente mais robustas do emprego verificaram-se na Região Norte do Brasil, notadamente Amapá (11,2%), Roraima (10,8%) e Acre (10,4%) — mercados formais de trabalho de dimensões modestas, no que diz respeito à sua participação no total do País, cujos saldos, conjuntamente, não perfazem 1% do número de postos abertos no mercado nacional nesses 12 meses.

A desvantagem relativa do emprego formal gaúcho, no cotejo com os outros estados, vem marcando a série do Novo Caged, que ainda tem pequeno alcance temporal (32 meses). Entre agosto de 2020 e o mesmo mês de 2021, enquanto o número de vínculos no conjunto do Brasil se elevou, conforme já foi referido, em 8,3%, o do RS alcançou 7,2%, a 24.^a posição no ordenamento das UFs.

No cômputo dos dois anos completos que é possível compor com essa base de dados, finalizando na última informação divulgada pela fonte, o mercado formal brasileiro cresceu 14,9%; o gaúcho, 12,5%,

superando apenas Sergipe (12,1%). No conjunto das 25 UFs que lograram expandir proporcionalmente mais do que o RS os seus vínculos formais de trabalho, destaca-se, também aqui, a Região Norte, detentora dos quatro principais crescimentos relativos, que variaram entre 19,6%, no Acre, e 24,1%, em Roraima. Mais uma vez, mercados de grandes dimensões e relevância na estrutura produtiva nacional posicionaram-se abaixo do resultado agregado do País e bem menos distantes do desempenho do RS — casos de Rio de Janeiro (13,1%), São Paulo (13,7%) ou Paraná (14,0%).

Dentre os fatores que têm afetado negativamente o desempenho econômico do Rio Grande do Sul, com efeitos diretos no mercado de trabalho, merece, indiscutivelmente, destaque a recorrência de severas estiagens. Em 2022, o Estado enfrentou, mais uma vez, esse fenômeno — cuja intensidade superou, inclusive, a ocorrência de 2020 (BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL, 2022; FEIX *et al.*, 2022). As adversidades climáticas condicionaram o desempenho geral da economia gaúcha, que enfrentou retração de nada menos do que 11,5% em seu Produto Interno Bruto no segundo trimestre deste ano, relativamente ao mesmo período de 2021, em dissonância com o crescimento de 3,2% no agregado do País.

⁶ Os dados do Novo Caged consideram, para cada mês, o último dia útil. O estoque (número) de vínculos formais de trabalho ativos é aquele com que o respectivo mês terminou, já computados admissões e desligamentos de trabalhadores ocorridos naquele intervalo de tempo.

Tabela 7 - Estoques, saldos e variações do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — ago./2020-ago./2022

REGIÃO E UFs	ESTOQUE			2020-21		2021-22		2020-22	
	Ago./2020	Ago./2021	Ago./2022	Saldo	Variação %	Saldo	Variação %	Saldo	Variação %
BRASIL	37.017.962	40.075.991	42.531.653	3.058.029	8,3	2.455.662	6,1	5.513.691	14,9
Amapá	61.525	68.632	76.293	7.107	11,6	7.661	11,2	14.768	24,0
Roraima	55.514	62.192	68.909	6.678	12,0	6.717	10,8	13.395	24,1
Acre	77.796	84.291	93.059	6.495	8,3	8.768	10,4	15.263	19,6
Maranhão	471.477	514.754	558.774	43.277	9,2	44.020	8,6	87.297	18,5
Amazonas	393.815	435.627	472.049	41.812	10,6	36.422	8,4	78.234	19,9
Bahia	1.619.458	1.761.252	1.905.842	141.794	8,8	144.590	8,2	286.384	17,7
Mato Grosso	715.021	781.370	845.205	66.349	9,3	63.835	8,2	130.184	18,2
Tocantins	179.518	196.293	212.193	16.775	9,3	15.900	8,1	32.675	18,2
Goiás	1.189.508	1.302.461	1.403.336	112.953	9,5	100.875	7,7	213.828	18,0
Mato Grosso do Sul	517.660	558.662	601.117	41.002	7,9	42.455	7,6	83.457	16,1
Paraíba	387.118	419.922	451.597	32.804	8,5	31.675	7,5	64.479	16,7
Rio de Janeiro	2.990.972	3.159.659	3.383.967	168.687	5,6	224.308	7,1	392.995	13,1
Alagoas	317.528	350.584	375.424	33.056	10,4	24.840	7,1	57.896	18,2
Ceará	1.069.822	1.161.792	1.241.059	91.970	8,6	79.267	6,8	171.237	16,0
Rondônia	227.254	244.166	260.715	16.912	7,4	16.549	6,8	33.461	14,7
Distrito Federal	767.013	818.146	871.623	51.133	6,7	53.477	6,5	104.610	13,6
Espírito Santo	696.441	761.182	810.853	64.741	9,3	49.671	6,5	114.412	16,4
Rio Grande do Norte	396.890	428.242	454.633	31.352	7,9	26.391	6,2	57.743	14,5
Pernambuco	1.152.535	1.247.218	1.322.950	94.683	8,2	75.732	6,1	170.415	14,8
Pará	728.833	809.229	857.878	80.396	11,0	48.649	6,0	129.045	17,7
Piauí	275.244	297.140	314.233	21.896	8,0	17.093	5,8	38.989	14,2
Sergipe	257.709	273.491	288.952	15.782	6,1	15.461	5,7	31.243	12,1
Minas Gerais	3.906.602	4.258.786	4.494.154	352.184	9,0	235.368	5,5	587.552	15,0
São Paulo	11.582.369	12.485.439	13.168.056	903.070	7,8	682.617	5,5	1.585.687	13,7
Paraná	2.575.976	2.789.629	2.936.213	213.653	8,3	146.584	5,3	360.237	14,0
Santa Catarina	2.025.468	2.248.693	2.362.746	223.225	11,0	114.053	5,1	337.278	16,7
Rio Grande do Sul	2.358.053	2.528.677	2.652.755	170.624	7,2	124.078	4,9	294.702	12,5
Não identificado	20.843	28.462	47.068	-	-	-	-	-	-

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

2.2 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO GAÚCHO SEGUNDO SETORES E ATIVIDADES ECONÔMICAS

O crescimento de 4,9% que o emprego formal do Estado acumula nos 12 meses encerrados em agosto último carrega desempenhos diferenciados dos setores econômicos (**Gráfico 14**). A agropecuária, atingida, conforme foi referido, pela estiagem, teve a menor expansão (1,9%), ao passo que a mais intensa ocorreu na construção (7,1%). O comércio apresentou a segunda menor variação (3,8%), enquanto indústria e serviços obtiveram percentuais intermediários (5,1% e 5,4% respectivamente), mais próximos ao do agregado dos setores no Estado.

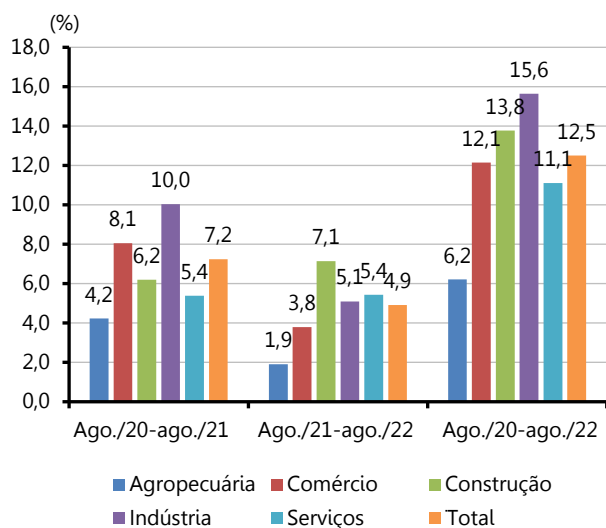
Também nos 12 meses imediatamente anteriores — que se iniciaram em agosto de 2020, na conjuntura de redinamização do mercado de trabalho, após o primeiro e mais drástico impacto causado pela Co-

vid-19 —, a agropecuária havia obtido o menor aumento relativo do estoque de empregos formais entre os setores econômicos. Porém o ordenamento dos resultados dos demais foi, então, bastante distinto: as mais expressivas variações foram os crescimentos de 10,0% da indústria e de 8,1% do comércio. Os serviços (também, então, com 5,4% de expansão) superavam apenas a agropecuária, situando-se bem abaixo dos 7,2% verificados no total dos setores.

Tendo em vista as magnitudes mais expressivas das variações setoriais do emprego de todos os setores no período entre agosto de 2020 e agosto de 2021, o cômputo da evolução dos estoques de trabalhadores formais no arco dos 24 meses assemelha-se mais, graficamente, àquele primeiro período do que ao mais recente (**Gráfico 14**). Nesse recorte temporal ampliado, a expansão do número de vínculos formais no RS alcança 12,5%; a indústria, com 15,6% de crescimento, ostenta a liderança, por esse critério de va-

riação relativa, graças aos primeiros 12 meses; segue-se, dessa vez, a construção, com 13,8%, nesse caso mais por efeito de seu desempenho no período mais recente. O comércio acomoda-se no terceiro lugar (com 12,1%), o que sintetiza a segunda maior variação nos primeiros 12 meses e a quarta colocação no segundo intervalo anualizado. Serviços (11,1%) repetem, nos 24 meses, a quarta posição obtida no período ago./20-ago./21, mesmo tendo chegado à segunda posição nos 12 meses seguintes. A agropecuária, evidentemente, detentora do desempenho mais pálido nos dois recortes de tempo, mantém essa condição quando os dois são agregados.

Gráfico 14 - Variação do emprego formal, segundo setores de atividade, no Rio Grande do Sul — ago./20-ago./22



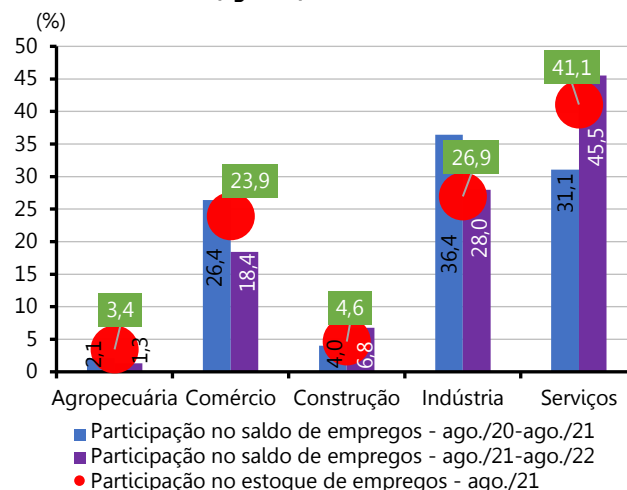
Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Por certo, as variações percentuais dos estoques de empregados dos setores de atividades expressam seu maior ou menor dinamismo, nas sucessivas conjunturas. No entanto, é importante ter-se presente que a participação de cada um deles na estrutura do mercado formal de trabalho gaúcho é muito desigual, e a distribuição setorial dos saldos de emprego no Estado carrega muito dessa heterogeneidade, que dimensiona os efeitos das oscilações das diferentes atividades econômicas do ponto de vista de desempenho econômico.

Primeiramente, pode-se observar, no **Gráfico 15**, que a participação de cada setor na formação dos saldos de emprego, no Estado, entre os dois períodos analisados, alterou-se, em alguns casos, de forma bastante expressiva. Ao mesmo tempo, visualiza-se que desempenhos relativos especialmente destacados (positiva ou negativamente) têm seu impacto sobre o

volume total do emprego ponderado pelo peso dessas atividades econômicas específicas na estrutura do mercado formal de trabalho. Um exemplo claro disso é o da construção: mesmo tendo apresentado o mais forte crescimento percentual entre todos os setores nos últimos 12 meses disponíveis, aportou apenas 6,8% do saldo de empregos gerado no período — uma vez que sua participação no estoque total de postos legalizados de trabalho no Estado era de apenas 4,6%, em agosto de 2021⁷. O setor serviços, que, nesse mesmo mês, correspondia a 41,1% da estrutura do emprego formal gaúcho, apresentou a mais acentuada discrepância, em pontos percentuais, quando comparada sua participação na formação do saldo de cada um dos dois períodos: entre agosto de 2020 e o mesmo mês de 2021, contribuiu com 31,1% dos vínculos gerados; nos 12 meses seguintes, com 45,5%.

Gráfico 15 - Participação dos setores de atividade na formação dos saldos (ago./20-ago./22) e no estoque de empregos formais (ago./21) no Rio Grande do Sul



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

O menor setor, pelo critério de número de trabalhadores formais, a agropecuária, atingiu, nos dois anos analisados, participação percentual no saldo de empregos inferior ao seu peso na estrutura desse segmento do mercado de trabalho. Já a participação da indústria na criação de postos adicionais superou, nos dois recortes de 12 meses, a sua dimensão na distribuição setorial do mercado formal gaúcho. Entre agosto de 2021 e o mesmo mês deste ano, a diferença foi pequena; nos 12 meses anteriores, a distância foi de quase 10 pontos percentuais.

⁷ Optou-se por considerar, para esse exercício analítico, o estoque de empregos no momento intermediário do intervalo completo de tempo abarcado no Gráfico 15, vale dizer, agosto de 2021.

Mantendo-se essa preocupação em contemplar tanto os desempenhos das atividades econômicas pelo critério da variação de seus próprios estoques quanto pela participação que atingiram na geração total de postos formais, apresentam-se, a seguir, alguns destaques, em duas desagregações setoriais sucessivamente mais abertas, quanto à evolução do emprego entre agosto de 2021 e o mesmo mês deste ano.

Primeiramente, subdividindo-se todos os estabelecimentos empregadores em 21 seções da CNAE 2.0, constata-se que — afora uma categoria que não atinge representatividade estatística na base do Novo Caged (serviços domésticos) — os dois principais destaques, em crescimento relativo, foram seções que, nos primeiros meses da pandemia, no primeiro semestre de 2020, haviam sido drasticamente atingidas, com severo enxugamento de pessoal (**Tabela 8**). Nos últimos 12 meses disponíveis, lideraram o crescimento do emprego alojamento e alimentação (mais 12,8%) e artes, cultura, esporte e recreação (mais 11%), ambas com mais do que o dobro da variação do conjunto das atividades econômicas (4,9%). No balanço de agosto de 2020 ao mesmo mês do ano passado, essas duas seções haviam iniciado uma recuperação, mas com crescimento inferior ao parâmetro geral do Estado. O impulso de retomada prolongou-se, pelo que informam os dados atualizados. A seção da CNAE 2.0 que tem a terceira maior variação, informação e comunicação (9,9%), diferencia-se por ter mantido crescimento acima da média, tanto no momento mais agudo da emergência sanitária quanto no contexto de progressiva retomada da normalidade.

Duas seções CNAE 2.0, apenas, registraram diminuição de seu estoque de empregados, nos 12 meses mais recentes: eletricidade e gás (-9,2%) e atividades imobiliárias (-1,2%). A primeira já havia se destacado negativamente no intervalo anterior; a segunda tinha apresentado uma das maiores expansões relativas e, ao que o indicador aponta, seu contingente sofreu ajustes nesse segundo momento (**Tabela 8**).

Da mesma forma como se verificou na análise em cinco setores, também nas seções da CNAE 2.0 os principais saldos absolutos de emprego registram-se, em grande parte, nas atividades com maiores contingentes de trabalhadores formais. De agosto de 2021 ao mesmo mês deste ano, o maior número de postos adicionais foi computado nas seções indústria de transformação (mais 34,9 mil) e comércio, reparação

de veículos automotores e motocicletas (mais 22,9 mil). Trata-se das duas maiores categorias empregadoras, nessa desagregação, que concentram, conjuntamente, quase 50% do total do emprego formal gaúcho. A situação repete-se com atividades administrativas e serviços complementares, terceiro maior saldo nos 12 meses (mais 11,3 mil) e a mesma classificação ordinal na estrutura do mercado formal do Estado. O quarto maior incremento absoluto, no entanto, rompe essa correspondência: a seção alojamento e alimentação (que, como foi visto, teve a maior expansão relativa) gerou o quarto saldo mais expressivo (mais 10,5 mil), embora ocupasse o nono lugar, pelo critério de dimensão do estoque de empregos, em agosto de 2021.

Em uma desagregação sucessiva das atividades econômicas (**Tabela 9**), dessa vez em 87 divisões da CNAE 2.0 — e desconsideradas as que não atingem sequer 1 mil trabalhadores como estoque de empregados —, as maiores variações percentuais nos 12 meses mais recentes ocorreram em fabricação de produtos do fumo (16,0%); seleção, agenciamento e locação de mão de obra (15,9%); atividades dos serviços de tecnologia da informação (15,2%); e alojamento (15,1%). Já os maiores saldos verificaram-se nas divisões: comércio varejista (mais 13,9 mil); preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (mais 10,6 mil); alimentação (mais 8,4 mil); e educação (mais 7,2 mil).

Tabela 8 - Estoque, saldo e variação do emprego formal, segundo seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — ago./20-ago./22

SEÇÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE			SALDO			VARIÇÃO %		
	Ago./20	Ago./21	Ago./22	Ago./21 Ago./20	Ago./22 Ago./21	Ago./22 Ago./20	Ago./21 Ago./20	Ago./22 Ago./21	Ago./22 Ago./20
Alojamento e alimentação	77.243	82.289	92.803	5.046	10.514	15.560	6,5	12,8	20,1
Artes, cultura, esporte e recreação	12.876	13.394	14.868	518	1.474	1.992	4,0	11,0	15,5
Informação e comunicação	57.113	64.374	70.740	7.261	6.366	13.627	12,7	9,9	23,9
Educação	97.095	98.248	105.438	1.153	7.190	8.343	1,2	7,3	8,6
Construção	110.603	117.460	125.837	6.857	8.377	15.234	6,2	7,1	13,8
Atividades profissionais, científicas e técnicas	60.412	66.952	71.515	6.540	4.563	11.103	10,8	6,8	18,4
Atividades administrativas e serviços complementares	193.863	209.953	221.283	16.090	11.330	27.420	8,3	5,4	14,1
Indústrias de transformação	589.641	651.156	686.077	61.515	34.921	96.436	10,4	5,4	16,4
Outras atividades de serviços	50.273	51.635	54.222	1.362	2.587	3.949	2,7	5,0	7,9
Transporte, armazenagem e correio	147.152	149.558	155.886	2.406	6.328	8.734	1,6	4,2	5,9
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	14.062	14.511	15.087	449	576	1.025	3,2	4,0	7,3
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	559.223	604.282	627.143	45.059	22.861	67.920	8,1	3,8	12,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	52.784	53.578	55.393	794	1.815	2.609	1,5	3,4	4,9
Saúde humana e serviços sociais	171.908	182.411	186.019	10.503	3.608	14.111	6,1	2,0	8,2
Indústrias extrativas	5.617	5.887	5.999	270	112	382	4,8	1,9	6,8
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	83.627	87.163	88.817	3.536	1.654	5.190	4,2	1,9	6,2
Administração pública, defesa e seguridade social	53.332	53.407	54.236	75	829	904	0,1	1,6	1,7
Atividades imobiliárias	11.138	12.369	12.216	1.231	-153	1.078	11,1	-1,2	9,7
Eletricidade e gás	9.968	9.894	8.980	-74	-914	-988	-0,7	-9,2	-9,9
Total	2.358.053	2.528.677	2.652.755	170.624	124.078	294.702	7,2	4,9	12,5

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Nota: Excluídas as seções com estoques de emprego inferiores a 1.000 empregados em ago./22.

Tabela 9 - Estoque, saldo e variação do emprego formal, segundo divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — ago./20-ago./22

DIVISÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE			SALDO			VARIÇÃO %		
	Ago./20	Ago./21	Ago./22	Ago./21 Ago./20	Ago./22 Ago./21	Ago./22 Ago./20	Ago./21 Ago./20	Ago./22 Ago./21	Ago./22 Ago./20
Comércio varejista	406.984	438.121	451.988	31.137	13.867	45.004	7,7	3,2	11,1
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	76.848	88.048	98.653	11.200	10.605	21.805	14,6	12,0	28,4
Alimentação	64.086	67.994	76.356	3.908	8.362	12.270	6,1	12,3	19,1
Educação	97.095	98.248	105.438	1.153	7.190	8.343	1,2	7,3	8,6
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	95.724	105.546	111.853	9.822	6.307	16.129	10,3	6,0	16,8
Fabricação de máquinas e equipamentos	56.458	68.167	73.897	11.709	5.730	17.439	20,7	8,4	30,9
Serviços especializados para construção	36.183	41.460	46.457	5.277	4.997	10.274	14,6	12,1	28,4
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	27.351	32.760	37.736	5.409	4.976	10.385	19,8	15,2	38,0
Transporte terrestre	116.498	117.431	122.095	933	4.664	5.597	0,8	4,0	4,8
(...)									
Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	14.117	16.271	18.861	2.154	2.590	4.744	15,3	15,9	33,6
Atividades de atenção à saúde humana	152.757	162.997	165.556	10.240	2.559	12.799	6,7	1,6	8,4
Alojamento	13.157	14.295	16.447	1.138	2.152	3.290	8,6	15,1	25,0
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	18.471	20.508	22.636	2.037	2.128	4.165	11,0	10,4	22,5
Fabricação de produtos alimentícios	134.020	138.960	140.763	4.940	1.803	6.743	3,7	1,3	5,0
(...)									
Fabricação de produtos do fumo	10.675	8.416	9.761	-2.259	1.345	-914	-21,2	16,0	-8,6
(...)									
Transporte aéreo	1.698	1.578	1.609	-120	31	-89	-7,1	2,0	-5,2
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1.530	2.945	2.967	1.415	22	1.437	92,5	0,7	93,9
Fabricação de móveis	33.296	37.492	37.470	4.196	-22	4.174	12,6	-0,1	12,5
Transporte aquaviário	1.082	1.111	1.073	29	-38	-9	2,7	-3,4	-0,8
Atividades imobiliárias	11.138	12.369	12.216	1.231	-153	1.078	11,1	-1,2	9,7
Edição e edição integrada à impressão	4.548	4.406	4.249	-142	-157	-299	-3,1	-3,6	-6,6
Captação, tratamento e distribuição de água	6.463	6.391	6.190	-72	-201	-273	-1,1	-3,1	-4,2
Correio e outras atividades de entrega	9.403	8.930	8.473	-473	-457	-930	-5,0	-5,1	-9,9
Eletricidade, gás e outras utilidades	9.968	9.894	8.980	-74	-914	-988	-0,7	-9,2	-9,9
Total	2.358.053	2.528.677	2.652.755	170.624	124.078	294.702	7,2	4,9	12,5

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Nota: O ordenamento das divisões apresentadas acompanha o saldo de empregos ago./21-ago./22. Constam as divisões que obtiveram os maiores e os menores resultados segundo saldo e variações. Indica-se com reticências (...) a supressão de um grupo de divisões.

2.3 A EXPANSÃO DO EMPREGO SEGUNDO ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES

Os 124,1 mil vínculos formais de emprego gerados no Rio Grande do Sul, entre agosto de 2021 e agosto último, distribuíram-se de modo heterogêneo entre os indivíduos que compõem a força de trabalho gaúcha, quando considerados alguns atributos socio-demográficos. Analisa-se, brevemente, a seguir, a forma como esse saldo se compôs, segundo essas características pessoais, tomando-se como referência aproximativa⁸ o perfil dos empregados formais do Estado ao final de 2020, último dado disponível da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) — base estatística, também essa, do Ministério do Trabalho e Previdência (**Tabela 10**).

Nos 12 meses que se encerraram em agosto último, o contingente de mulheres formalmente empregadas no Estado elevou-se proporcionalmente mais do que o de homens: dos postos adicionais criados nesse período, 53,6% foram ocupados por trabalhadoras, participação consistentemente superior aos 46,2% que elas representavam no total de vínculos formais de trabalho ao final de 2020.

No que se refere à idade dos trabalhadores engajados no mercado formal, nesses 12 meses, prolonga-se a tendência captada ao longo de toda a série do Novo Caged, que teve início em janeiro de 2020: os indivíduos mais jovens têm tido uma participação leonina na expansão dos vínculos de trabalho. Nesse período, os empregados com idades entre 18 e 24 anos representaram 56,2% do adicional de postos no mercado formal, ao passo que sua participação na RAIS de 2020 limitava-se a 13,6%. A segunda maior parcela desse saldo ficou com os menores de idade: 24,4% do total (*versus* 1,0%, na referência da outra pesquisa). Por outro lado, no cotejo entre admissões

⁸ A RAIS precisa ser respondida por todos os empregadores, anualmente, independentemente de terem ou não realizado admissões ou desligamentos de trabalhadores no período. Informar o Novo Caged, diferentemente, só é obrigatório para estabelecimentos que tiverem efetuado esses tipos de movimentação de força de trabalho. As duas pesquisas, segundo estudos do próprio Ministério, têm, tradicionalmente, coberturas diferenciadas, relativamente aos respectivos universos de informantes: o Caged, anteriormente, e o Novo Caged, hoje, têm maiores percentuais de omissão de declarações devidas. Além disso, há algumas diferenças de categorização entre essas pesquisas, e a natureza dos estabelecimentos e a dos vínculos empregatícios abarcados não são plenamente idênticas. São, ainda assim, bastante análogas. A RAIS constitui-se no melhor parâmetro para que se analise o conjunto dos trabalhadores formalmente empregados, enquanto o Novo Caged é uma ferramenta crucial para acompanhar com pequena defasagem de tempo os movimentos conjunturais do emprego.

e desligamentos, as faixas etárias de 50 a 64 anos e de 65 anos ou mais passaram por retrações (quase 10 mil postos, se forem tomadas conjuntamente). A avaliação dos saldos do emprego por esse atributo merece um tratamento cauteloso, uma vez que, evidentemente, a idade é uma característica em permanente alteração para cada um dos trabalhadores, e o Novo Caged apreende apenas as admissões e desligamentos, não permitindo captar diretamente o efeito dos saldos gerados por essas movimentações sobre o conjunto da força de trabalho por esse quesito. Do mesmo modo, como aqui se trata de desligamentos de modo geral e não de apenas demissões, a saída líquida de indivíduos com idades mais avançadas expressa, em alguma medida, a concentração relativa de aposentadorias e mortes nesses estratos etários. Ainda assim, é muito eloquente a constatação de que pouco mais de 80% do saldo de emprego foi gerado no segmento de indivíduos com até 24 anos de idade, o que pode estar refletindo-se na evolução dos salários de ingresso, que será tratada mais adiante, e na distribuição dos saldos de emprego segundo a escolaridade.

Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo em ago./2021-ago./2022 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2020, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED AGO/22 AGO/21		RAIS 2020 (31/DEZ)
	Saldo	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque
Sexo (total)	124.078	100,0	100,0
Homens	57.520	46,4	53,8
Mulheres	66.558	53,6	46,2
Faixa etária (total)	124.078	100,0	100,0
Menos de 18 anos	30.295	24,4	1,0
De 18 a 24 anos	69.679	56,2	13,6
De 25 a 29 anos	13.471	10,9	13,5
De 30 a 39 anos	11.390	9,2	29,2
De 40 a 49 anos	8.973	7,2	23,1
De 50 a 64 anos	-5.955	-4,8	17,9
65 ou mais	-3.775	-3,0	1,7
Escolaridade (total)	124.078	100,0	100,0
Analfabeto	783	0,6	0,2
Fundamental incompleto	7.683	6,2	10,4
Fundamental completo ...	6.707	5,4	9,2
Médio incompleto	21.423	17,3	7,6
Médio completo	76.753	61,9	44,5
Superior incompleto	5.640	4,5	6,2
Superior completo	5.090	4,1	21,8
Não identificado	-1	0,0	-

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).
RAIS (BRASIL, 2021).

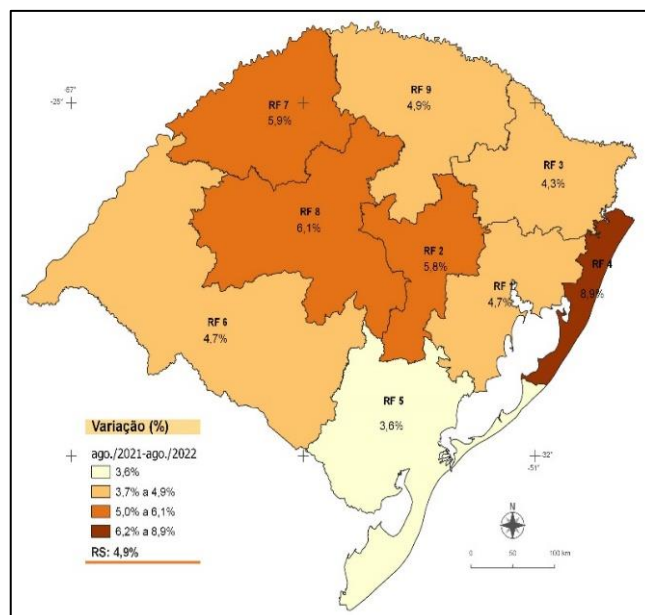
Quanto a esse último atributo, mantém-se a forte concentração dos saldos nas faixas de trabalhadores com ensino médio incompleto e completo. As duas categorias responderam, conjuntamente, por 79,1% do adicional computado no emprego gaúcho entre agosto de 2021 e agosto deste ano, ao passo que, na estrutura da RAIS de 2020, representavam 52,2% do total de empregados. A discrepância é proporcionalmente maior no segmento com ensino médio incompleto (17,3% contra 7,6% respectivamente) do que no conjunto dos trabalhadores que concluíram esse estágio da educação básica (61,9% e 44,5%). Uma apreciação sintética evidencia que esse padrão de contratação, por parte dos estabelecimentos, ocorre em detrimento, sobretudo, dos indivíduos mais escolarizados, em vez de expressar principalmente uma elevação dos requisitos para a seleção da força de trabalho, limitando o acesso de postulantes que sequer houvessem ingressado no ensino médio. A participação conjunta de trabalhadores com ensino superior completo e incompleto na formação do saldo do emprego gaúcho, nos últimos 12 meses, foi de 8,6%, enquanto sua parcela no total de empregados da RAIS de 2020 era quase 20 pontos percentuais superior (28,0%). Já no segmento com educação formal mais escassa, de analfabetos até o ensino fundamental completo, a relação foi de 12,2% *versus* 19,8%.

2.4 A HETEROGENEIDADE DOS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS

Como vem sendo constatado há diversas edições deste boletim, o crescimento dos estoques de emprego formal vem ocorrendo em todas as nove Regiões Funcionais em que se subdivide o Estado, o interesse analítico concentrando-se na observação dos contrastes entre as magnitudes dessas expansões. Nos 12 meses mais recentes, as variações situaram-se entre um mínimo de 3,6%, na Região Funcional 5 (Sul), e um máximo de 8,9%, na de número 4 (Litoral Norte), tendo-se presente que o resultado do agregado do RS foi de 4,9% (**Mapa 1**). A liderança da região litorânea vem mantendo-se praticamente constante, nas análises trimestrais anualizadas, desde o início da série do Novo Caged, o que configura que o seu dinamismo não decorre de condicionantes episódicos, mas de fatores que parecem estar autorreforçando-se no tempo. Sinteticamente, vem constatando-se forte atração populacional de habitantes de outras regiões do Estado para o Litoral Norte, muitos dos quais aportam

vínculos de trabalho preexistentes e/ou rendas previdenciárias, e esse movimento oportuniza e articula-se com a expansão e diversificação da oferta de serviços e comércio. A consolidação de uma estrutura urbana e de serviços mais consistente permite também impulsionar atividades econômicas voltadas para um público não residente, predominantemente estivo, atraído pela oferta de turismo, lazer e eventos culturais.

Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — ago./2021-ago./2022



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Já quanto à RF5, vem sendo recorrente, nos sucessivos acompanhamentos, que ela apresente os resultados menos expressivos. A Região parece estar enfrentando dificuldades para redinamizar sua economia, após uma fase de consideráveis investimentos e de uma generalizada onda de expectativas positivas que se associaram ao projeto do Polo Naval, em Rio Grande, o qual tinha em sua gênese uma forte indução aportada pelo investimento e pela planificação governamental. Em meados da década passada, o retrocesso do projeto, por razões de ordem técnica e política, teve, entre suas muitas consequências, um grande volume de desligamentos de trabalhadores de atividades mais diretamente implicadas (e dependentes) do que viria a ser o polo.

Nos últimos 12 meses disponíveis, com resultados superiores ao da RF5 e bem mais próximos aos do conjunto do Estado (**Mapa 1**), aparece um segundo conjunto de RFs, três das quais localizadas do nordeste gaúcho — a RF3, serrana, com 4,3% de crescimento do emprego formal (segundo resultado mais baixo

dentre as nove regiões); a RF1, Metropolitana, com 4,7%; e a RF9 (Norte), com a mesma variação estadual (4,9%) —, e ainda a RF6 (Campanha), que iguala o percentual de crescimento da RF1.

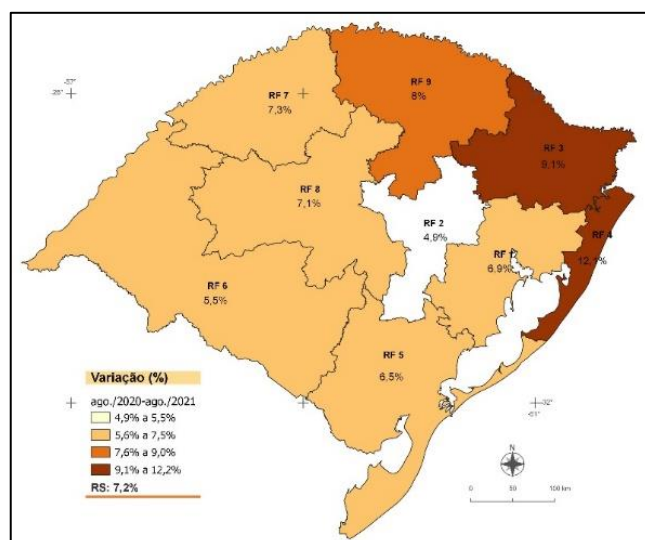
Outras três RFs podem ser agrupadas uma em categoria positivamente diferenciada da anterior, com desempenhos mais consistentemente superiores ao do Estado em seu conjunto, embora não tão destacados quanto o do Litoral Norte. Elas formam uma continuidade física, englobando a RF2 (Vales do Rio Pardo e Taquari), que obteve 5,8% de variação do emprego, a RF7 (Noroeste), com 5,9%, e a RF8, com 6,1%, a segunda mais alta entre as nove.

Quando se recua aos 12 meses que precederam os mais acima analisados (**Mapa 2**), observa-se que o ordenamento dos desempenhos relativos das RFs é um tanto distinto. O período entre agosto de 2020 e o mesmo mês de 2021 caracterizou-se por crescimentos percentualmente mais expressivos, de modo generalizado, sobretudo em função da base de comparação excepcionalmente baixa, contaminada pelos primeiros e mais duros meses da pandemia, do ponto de vista do mercado de trabalho, no primeiro semestre de 2020⁹. A mais modesta geração de emprego ocorreu, então, na RF2, dos Vales (fortemente influenciada pelos resultados da indústria do fumo, que foram especialmente adversos no período). A RF5 superou, ainda naquele período, a RF6, onde o desempenho econômico da agropecuária (setor que, no Estado, obteve o pior resultado naqueles 12 meses) tem uma influência especialmente forte. A Serra (RF3) ostentava, então, a segunda maior variação (em contraste com a penúltima colocação nos 12 meses mais recentes), e aqui, também, a coerência com os desempenhos setoriais parece clara, tendo-se presente que a RF3 é aquela em que a indústria desfruta de maior participação no emprego total e que esse setor liderou o crescimento estadual entre agosto de 2020 e agosto de 2021, ao passo que, nos 12 meses seguintes, descendeu para a segunda menor variação. A RF8, Central, no período mais recuado, obtinha a quinta posição em crescimento relativo; nos 12 meses mais recentes, situou-se em segundo lugar. Nucleada por Santa Maria, essa região é fortemente terciária e, mais

⁹ Uma vez que o Novo Caged teve início em janeiro de 2020, não é possível compor os 12 meses anteriores a esse período que vai de agosto de 2020 a agosto de 2021. Todavia é possível considerar, com boa margem de segurança, que a excepcionalidade dos resultados negativos do primeiro semestre de 2020, em decorrência da eclosão da pandemia, influenciaram significativamente o intervalo anualizado.

uma vez, o desempenho setorial, especialmente dos serviços, ilumina essa diferença de posições relativas da região de um intervalo de 12 meses para outro. No primeiro desses períodos, o crescimento relativo do emprego formal dos serviços, no RS, superou apenas o da agropecuária; já entre agosto de 2021 e o mesmo mês deste ano, foi o segundo colocado, ultrapassado apenas pela construção (pouco expressiva em contingente).

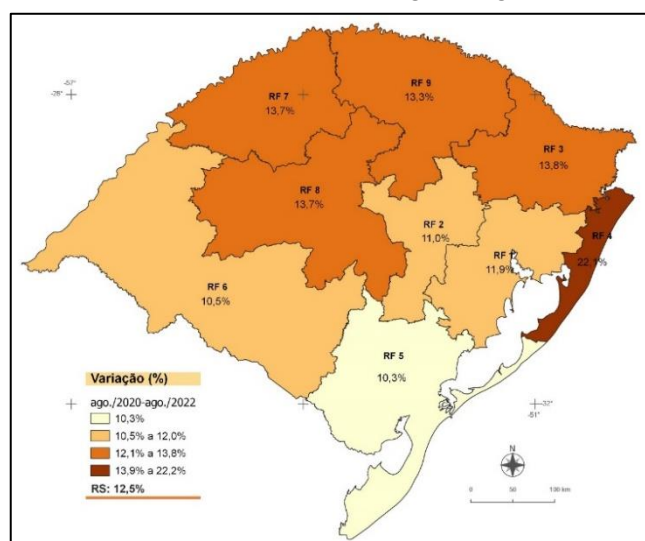
Mapa 2 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — ago./2020-ago./2021



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

No **Mapa 3**, apresentam-se os resultados consolidando as variações ao longo dos 24 meses, vale dizer, entre agosto de 2020 e agosto de 2022, por Região Funcional.

Mapa 3 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — ago./20-ago./22



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

2.5 Os salários médios dos trabalhadores admitidos

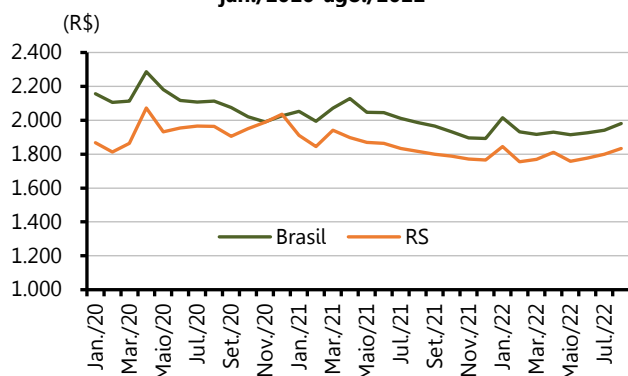
Em agosto último, o salário médio de quem ingressou em um vínculo formalizado de trabalho no Rio Grande do Sul situou-se, segundo os microdados do Novo Caged, em R\$ 1.833,06, valor inferior aos R\$ 1.981,20 da média nacional e 0,9% superior ao praticado no Estado no mesmo mês do ano anterior¹⁰, em valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Se a comparação recua para agosto de 2020, verifica-se uma perda de 6,7%. Para o Brasil em seu conjunto, as mesmas variações atingem -0,3% nos 12 meses e -6,3% nos 24 meses.

A forma como os dados dessa base estatística vêm sendo disponibilizados dificulta uma desagregação dos resultados referentes aos salários, e é, ademais, fundamental ter presentes os limites analíticos das informações do Novo Caged, por se referirem apenas aos valores praticados nas novas admissões¹¹ e não aos salários de todos os indivíduos com vínculos formais vigendo. Mesmo com essas restrições, as evidências reforçam a percepção de que se prolonga um quadro em que o crescimento do número de postos de trabalho convive com a escassa capacidade do mercado formal para, ao menos, recompor um padrão de remuneração vigente nos primeiros meses da série — que dirá para expandir os níveis salariais praticados de forma consistente (**Gráfico 16**).

Constata-se, ainda que, à exceção dos primeiros meses da pandemia, a distância entre os salários médios de ingresso no RS e no conjunto do País se mantém consideravelmente constante, e que, até por isso, as linhas de suas evoluções no tempo conservam marcante simetria.

Cabe registrar que o perfil dos trabalhadores que lideram a formação dos saldos positivos da geração de emprego, no Estado, acima esboçado, tende a ser um fator que se articula com esse padrão salarial relativamente mais rebaixado, uma vez que há uma notável expansão relativa do segmento muito jovem (somando-se menores de idade e indivíduos até 24 anos de idade) e uma presença muito pouco expressiva, quando comparada à sua participação na estrutura do mercado formal de trabalho, dos segmentos mais escolarizados (com ensino superior incompleto ou completo).

Gráfico 16 - Salários médios reais de admissão no mercado formal de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./2020-ago./2022



Fonte: Microdados do Novo Caged (BRASIL, 2022).
Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

¹⁰ Esse tratamento foi realizado pelo Economista Sérgio Leusin Júnior do Departamento de Economia e Estatística (DEE), a quem se registram, aqui, os agradecimentos.

¹¹ A base consolida também os salários dos desligados, aqui não tomados em consideração.

REFERÊNCIAS

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 4, n. 2, 2022. Disponível em:

<https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202207/04133522-boletim-de-conjuntura-do-rs-v-4-n-2-jun-2022.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 2, n. 4, 2020. Disponível em: <https://admin-planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/11160237-boletim-de-trabalho-rs.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 3, n. 3, 2021a. Disponível em: <https://admin-planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/11160237-boletim-de-trabalho-rs.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 3, n. 4, 2021b. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202201/18171304-boletim-de-trabalho-rs.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 4, n. 1, 2022a. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202204/18171304-boletim-de-trabalho-rs.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 4, n. 2, 2022b. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 3 out. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTP, 2021. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Estatísticas mensais do emprego formal - Novo CAGED**: agosto 2022. Brasília, DF: MTP, 2022. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 30 set. 2022.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S.; BORGES, B. K.; PESSOA, M. L. **Painel do agronegócio do Rio Grande do Sul - 2022**. Porto Alegre: DEE/SPGG, 2022. Disponível em <https://dee.rs.gov.br/painel-agro>. Acesso em: 4 out. 2022.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — Divulgação Trimestral — 2.º trimestre de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 12 ago. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**: PNAD Contínua — Quadro sintético. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2022/pnadc_202202_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=microdados>. Acesso em: 13 maio 2022.

ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: International Labour Organization, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020

ILO. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Geneva: International Labour Organization, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

INDICADORES IBGE: Contas Nacionais Trimestrais: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, abr.-jun. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2022_2tri.pdf. Acesso em: 1 set. 2022.

MAURIZIO, R. **Empleo e informalidad en América Latina y el Caribe**: una recuperación insuficiente y desigual. Lima: OIT, 2021. (Serie Panorama Laboral en América Latina y el Caribe). Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_819022.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 19 set. 2022.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL